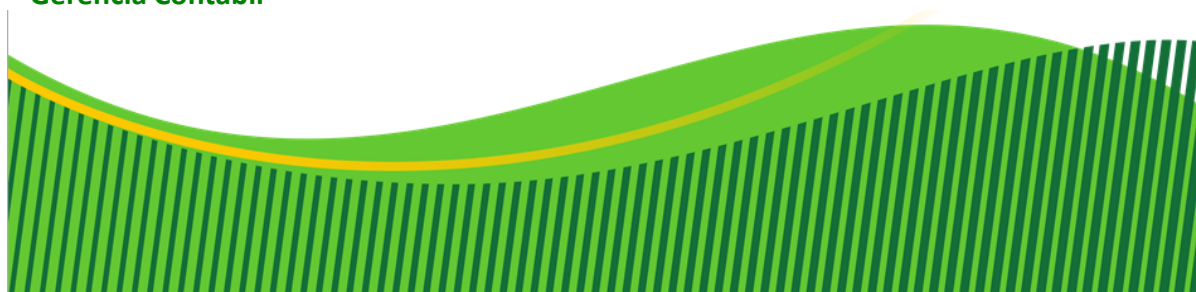


# Relatório Anual 2018

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>215.369</b>	<b>254.592</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>88.543</b>	<b>74.315</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.534	1.333	DEPÓSITOS (NOTA 11)	70.520	58.051
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	140.070	198.540	Depósitos à Vista	35.265	34.073
Centralização Financeira - Cooperativas	140.070	198.540	Depósitos a Prazo	35.255	23.978
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	65.553	47.606	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	1
Operações de Crédito	73.902	54.796	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.349)	(7.190)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	227	114
OUTROS CRÉDITOS	8.111	6.710	Recursos em Trânsito de Terceiros	227	114
Rendas a Receber	213	132	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	3.306	2.097
Diversos (NOTA 06 e 07)	8.020	6.650	Empréstimos País - Outras Instituições	3.306	2.097
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(122)	(72)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.490	14.052
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	101	403	Cobrança e Arrecadação de Tributos	37	42
Outros Valores e Bens	39	3.068	Sociais e Estatutárias	3.444	3.612
(Provisão para desvalorização)	-	(2.741)	Fiscais e Previdenciárias	455	561
Despesas Antecipadas	62	76	Diversas (NOTA 13)	10.554	9.837
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>97.088</b>	<b>67.389</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>154.225</b>	<b>177.614</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	5.148	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	154.225	177.614
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.148	-	Depósitos a Prazo	154.225	177.614
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	67.737	43.805	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>69.689</b>	<b>70.052</b>
Operações de Crédito	72.186	50.242	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	44.915	46.595
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.449)	(6.437)	De Domiciliados no País	44.945	46.598
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	1.123	2.245	(Capital a Realizar)	(30)	(3)
Diversos	1.123	2.245	RESERVAS DE SOBRAS	24.081	22.931
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	26	-	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	693	526
Despesas Antecipadas	26	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	5.791	4.567			
Outros Investimentos	5.791	4.567			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	16.571	16.380			
Imóveis de Uso	10.256	10.146			
Outras Imobilizações de Uso	13.421	15.426			
(Depreciação acumulada)	(7.106)	(9.192)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	692	392			
Outros Ativos Intangíveis	910	989			
(Amortização acumulada)	(218)	(597)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>312.457</b>	<b>321.981</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>312.457</b>	<b>321.981</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ  
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>18.738</b>	<b>1</b>	<b>18.739</b>	<b>34.411</b>	<b>1</b>	<b>34.412</b>	<b>33.266</b>	<b>-</b>	<b>33.266</b>
Operações de Crédito	18.590	1	18.591	34.263	1	34.264	33.266	-	33.266
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	148	-	148	148	-	148	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(10.293)</b>	<b>(9)</b>	<b>(10.302)</b>	<b>(17.625)</b>	<b>(18)</b>	<b>(17.643)</b>	<b>(20.959)</b>	<b>(19)</b>	<b>(20.978)</b>
Operações de Captação no Mercado	(5.663)	(9)	(5.672)	(11.555)	(18)	(11.573)	(18.855)	(14)	(18.869)
Operações de Empréstimos e Repasses	(108)	-	(108)	(193)	-	(193)	(137)	(5)	(142)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.522)	-	(4.522)	(5.877)	-	(5.877)	(1.967)	-	(1.967)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8.445</b>	<b>(8)</b>	<b>8.437</b>	<b>16.786</b>	<b>(17)</b>	<b>16.769</b>	<b>12.307</b>	<b>(19)</b>	<b>12.288</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(8.530)</b>	<b>570</b>	<b>(7.960)</b>	<b>(16.599)</b>	<b>902</b>	<b>(15.697)</b>	<b>(10.679)</b>	<b>479</b>	<b>(10.200)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	583	1.573	2.156	999	2.894	3.893	542	1.863	2.405
Rendas de Tarifas Bancárias	1.564	-	1.564	3.078	-	3.078	2.654	-	2.654
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.715)	(499)	(10.214)	(18.522)	(957)	(19.479)	(18.748)	(643)	(19.391)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(5.124)	(350)	(5.474)	(10.186)	(686)	(10.872)	(9.992)	(447)	(10.439)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(147)	(87)	(234)	(394)	(166)	(560)	(601)	(120)	(721)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	7.073	41	7.114	14.141	41	14.182	22.196	78	22.274
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(2.764)	(108)	(2.872)	(5.715)	(224)	(5.939)	(6.730)	(252)	(6.982)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(85)</b>	<b>562</b>	<b>477</b>	<b>187</b>	<b>885</b>	<b>1.072</b>	<b>1.628</b>	<b>460</b>	<b>2.088</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.608</b>	<b>(3)</b>	<b>1.605</b>	<b>1.706</b>	<b>(4)</b>	<b>1.702</b>	<b>483</b>	<b>3</b>	<b>486</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.523</b>	<b>559</b>	<b>2.082</b>	<b>1.893</b>	<b>881</b>	<b>2.774</b>	<b>2.111</b>	<b>463</b>	<b>2.574</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>81</b>	<b>81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>343</b>	<b>343</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	43	43	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	38	38	-	-	-	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	-	-	-	-	343	343
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.523</b>	<b>640</b>	<b>2.163</b>	<b>1.893</b>	<b>881</b>	<b>2.774</b>	<b>2.111</b>	<b>806</b>	<b>2.917</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>881</b>	<b>(881)</b>	<b>-</b>	<b>806</b>	<b>(806)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>1.523</b>	<b>640</b>	<b>2.163</b>	<b>2.774</b>	<b>-</b>	<b>2.774</b>	<b>2.917</b>	<b>-</b>	<b>2.917</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.081)</b>	<b>-</b>	<b>(2.081)</b>	<b>(2.391)</b>	<b>-</b>	<b>(2.391)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.388)	-	(1.388)	(1.001)	-	(1.001)
Fates - Estatutário	-	-	-	(69)	-	(69)	(53)	-	(53)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(624)	-	(624)	(474)	-	(474)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(863)	-	(863)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>693</b>	<b>-</b>	<b>693</b>	<b>526</b>	<b>-</b>	<b>526</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ

CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>49.544</b>	<b>19.471</b>	<b>2.123</b>	<b>71.138</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	2.123	(2.123)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	1.202	-	-	1.202
Baixas de capital	(5.130)	-	-	(5.130)
Resultado do período	-	-	2.917	2.917
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(53)	(53)
Reserva Legal - Estatutária	-	474	(474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	979	-	(1.001)	(22)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	863	(863)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>46.595</b>	<b>22.931</b>	<b>526</b>	<b>70.052</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(2.949)</b>	<b>3.460</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(1.086)</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>46.595</b>	<b>22.931</b>	<b>526</b>	<b>70.052</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	526	(526)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	1.393	-	-	1.393
Baixas de capital	(4.434)	-	-	(4.434)
Resultado do período	-	-	2.774	2.774
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(69)	(69)
Reserva Legal - Estatutária	-	624	(624)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.361	-	(1.388)	(27)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>44.915</b>	<b>24.081</b>	<b>693</b>	<b>69.689</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(1.680)</b>	<b>1.150</b>	<b>167</b>	<b>(363)</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)</b>	<b>44.866</b>	<b>23.457</b>	<b>611</b>	<b>68.934</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	755	-	-	755
Baixas de capital	(2.067)	-	-	(2.067)
Resultado do período	-	-	2.163	2.163
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(69)	(69)
Reserva Legal - Estatutária	-	624	(624)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.361	-	(1.388)	(27)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>44.915</b>	<b>24.081</b>	<b>693</b>	<b>69.689</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>49</b>	<b>624</b>	<b>82</b>	<b>755</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ**  
**CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>2.386</b>	<b>164</b>	<b>(2.773)</b>
Resultado do semestre/exercício	2.163	2.774	2.917
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>223</b>	<b>(2.610)</b>	<b>(5.690)</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.170	(829)	(6.875)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(2.741)	(2.741)	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	25	50	4
Depreciação do imobilizado de uso	680	1.280	1.174
Amortização do intangível	61	(379)	62
Baixas do ativo permanente	62	67	26
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	59	7	(71)
Destinações ao FATES	(69)	(69)	(53)
Dividendos SicrediPar	(24)	4	43
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(32.974)</b>	<b>(52.681)</b>	<b>10.572</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.148)	(5.148)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	925	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(24.297)	(41.050)	21.884
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(3.068)	(1)	(1)
(Aumento) em outros créditos	(1.109)	(331)	(403)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	3.285	3.017	(321)
(Redução) em depósitos	(7.385)	(10.920)	(15.021)
Aumento em relações interdependências passivas	78	112	51
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	108	1.209	1.459
Absorção de dispêndios pelo FATES	(19)	(53)	(212)
Aumento em outras obrigações	3.656	484	3.136
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(30.588)</b>	<b>(52.517)</b>	<b>7.799</b>
Aquisição de Investimentos	-	(1.223)	(1.918)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(566)	(1.540)	(957)
Aplicações no Intangível	(181)	79	(184)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(747)</b>	<b>(2.684)</b>	<b>(3.059)</b>
Integralização de capital	755	1.393	1.202
Baixa de capital	(2.067)	(4.434)	(5.130)
Juros ao capital próprio	(27)	(27)	(22)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.339)</b>	<b>(3.068)</b>	<b>(3.950)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(32.674)</b>	<b>(58.269)</b>	<b>790</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	174.278	199.873	199.083
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	141.604	141.604	199.873

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/05/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiaidas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de março de 2019.

### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	1.534	1.333
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	140.070	198.540
Total	141.604	199.873

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.148	-
Dl entre Cooperativas - Não Ligadas	5.148	-
Total não circulante	5.148	-

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	70.231	65.911	136.142	97.865
Financiamentos	3.671	6.275	9.946	7.173
Carteira total	73.902	72.186	146.088	105.038

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	4.889	1	4.890	2.903
Total	4.889	1	4.890	2.903

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Crédito	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	-	56	-	-
Nível A	0,50	34.034	30.265	170	151
Nível B	1,00	64.171	36.557	643	371
Nível C	3,00	28.348	19.950	850	599
Nível D	10,00	10.864	4.752	1.086	475
Nível E	30,00	2.523	3.560	757	1.068
Nível F	50,00	2.062	2.875	1.031	1.438
Nível G	70,00	1.978	1.096	1.385	767
Nível H	100,00	6.998	8.830	6.998	8.830
Total		150.978	107.941	12.920	13.699

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.515	16.850	17.590	31.814	67.769	58.129
Industrial	-	390	645	1.389	2.424	1.288
Comércio	734	5.051	6.834	10.244	22.863	6.822
Outros Serviços	1.529	11.231	16.422	28.740	57.922	41.702
Total	3.778	33.522	41.491	72.187	150.978	107.941

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	32.925	21,81	27.915	25,86
50 devedores seguintes	37.374	24,75	29.740	27,55
100 devedores seguintes	20.753	13,75	14.466	13,40
Demais	59.926	39,69	35.820	33,19
Total	150.978	100	107.941	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	13.699	20.570
Constituição de provisão	5.877	1.967
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.656)	(8.838)
Saldo final	12.920	13.699

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.917 (2017 - R\$ 1.720), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.525 (2017 - R\$ 10.602).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	123	91
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	137	698
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	62
Devedores por depósitos em garantia	952	1.082
Impostos e contribuições a compensar	244	104
Títulos e créditos a receber	4.889	2.902
Devedores por convênios	129	114
Operações com cartões	173	61
Pendências a regularizar	10	1
Outros	1.363	1.535
<b>Total Circulante</b>	<b>8.020</b>	<b>6.650</b>

Títulos e créditos a receber	1	1
Outros	1.122	2.244
<b>Total não circulante</b>	<b>1.123</b>	<b>2.245</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	30	3.068
Imóveis	-	327
Veículos e afins	30	-
Bens em regime especial	-	2.741
Material em estoque	9	-
Despesas antecipadas	62	76
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(2.741)
<b>Total Circulante</b>	<b>101</b>	<b>403</b>

Despesas antecipadas	26	-
<b>Total não circulante</b>	<b>26</b>	<b>-</b>

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.246	3.022
Sicredi Participações S.A.	1.544	1.544
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>5.791</b>	<b>4.567</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	501.053 ON	501.053 ON	1	1	4.245.491	3.021.981
	1.043.321 PN	1.043.321 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,18%	0,62%	0,61%	1,87%	1,57%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	1.544	1.544	1	1	4.246	3.022

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.677	(7.106)	16.571	16.380
Imobilizações em curso	-	4.561	-	4.561	4.562
Edificações	4%	10.256	(2.755)	7.501	7.795
Instalações	10%	4.958	(2.155)	2.803	2.805
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.845	(981)	864	706
Sistema de comunicação	10%	184	(111)	73	85
Sistema de processamento de dados	20%	1.659	(1.013)	646	345
Sistema de segurança	10%	214	(91)	123	82

Intangível (i)	910	(218)	692	392
Investimentos Confederação	901	(210)	691	389
Outros ativos intangíveis	9	(8)	1	3

<b>Total</b>	<b>24.587</b>	<b>(7.324)</b>	<b>17.263</b>	<b>16.772</b>
--------------	---------------	----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	35.265	-	-	35.265	34.073
Depósitos a prazo	6.030	29.225	154.225	189.480	201.592
Total	41.295	29.225	154.225	224.745	235.665

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	3.306	2.097
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.306	2.097
Total circulante	3.306	2.097

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	32	2.746
Provisão para pagamentos a efetuar	2.464	2.236
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	1.169	1.162
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	66	-
Pendências a regularizar	636	57
Operações com cartões	5.302	2.974
Demais fornecedores	620	470
Credores diversos	265	192
Total circulante	10.554	9.837

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	161	155	(161)	155
Cível	1	24	(11)	14
Tributária	1.000	-	-	1.000
Total	1.162	179	(172)	1.169

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	155	161
Cível	Provável	14	1
Tributária	Provável	1.000	1.000
Total		1.169	1.162

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 599; R\$ 2.753; R\$ 2.550 (2017 - R\$ 0, R\$ 60 e R\$ 2.798), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência de PIS e COFINS sobre atos cooperativos. Os processos encontram-se aguardando intimação da União e da Cooperativa acerca do acórdão do CARF e, execução fiscal e embargos suspensos aguardando o trânsito em julgado, respectivamente, atingindo o valor de R\$ 2.488, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	44.915	46.595
Total de associados	16.305	14.968

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa variou seu capital social no montante de (R\$ 1.680) (2017 - R\$ - 2.949), sendo R\$ 1.361 (2017 - R\$ 979) via integralização de resultados e R\$ 1.393 (2017 - R\$ 1.202), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.434 (2017 - R\$ 5.130).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.388, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.774	2.574
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.165)	(1.081)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	18	10
Provisão PPR	-	6
Receita com atos cooperativos	795	887
Juros sobre capital próprio	583	420
Outros	(231)	101
Subtotal	1.165	1.424
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	343

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades (Nota 04)	478	220
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.148	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	140.070	198.540
Outros Créditos - Rendas a receber	144	71
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	275	404
Investimentos (Nota 09)	5.791	4.567
Intangível (Nota 10)	691	389
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	3.306	2.097
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	4.969	2.864
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	148	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	695	74
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	11.573	20.635
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	193	142
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	600	587
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	3.264	3.258

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	191	0,54%	99
Depósitos a prazo	3.727	1,97%	3.974
Operações de crédito	999	0,68%	1.085

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.552	3.488

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	440	354
Despesa de aluguéis	1.182	1.038
Despesa de comunicação	720	724
Despesa de manutenção e conservação	818	792
Despesa de material	122	111
Despesa processamento dados	189	164
Despesa de promoções e relações públicas	738	651
Despesa de propaganda e publicidade	21	26
Despesa de seguro	47	47
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.025	1.014
Despesa de serviços de terceiros	252	207
Despesa de serviços de vigilância e segurança	958	930
Despesa de serviços de técnicos especializados	563	515
Despesa de serviços de transportes	465	418
Despesa de viagem	199	368
Despesa de depreciação	1.281	1.175
Outras despesas administrativas	1.852	1.905
<b>Total</b>	<b>10.872</b>	<b>10.439</b>

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.671	237
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.355	20.458
Reversão de provisões operacionais	1.008	1.291
Outras rendas operacionais	148	288
<b>Total</b>	<b>14.182</b>	<b>22.274</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	948	2.343
Contribuições Cooperativistas	123	123
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	322	361
Contribuição Confederação Sicredi	2.194	2.059
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	441	336
Encargos da administração financeira	75	115
Repasso administradora de Cartões	107	186
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	119	60
Outras provisões operacionais	793	776
Outras despesas operacionais	817	623
<b>Total</b>	<b>5.939</b>	<b>6.982</b>

**NOTA 21 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	4.778	234
<b>Total</b>	<b>4.778</b>	<b>234</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, por operações de Câmbio.

**NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.



Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

#### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

**NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	67.453	69.741
Nível I (NI)	67.453	69.741
Capital principal - CP	67.453	69.741
Capital social	44.915	46.595
Reservas de capital	24.081	22.931
Lucros acumulados	693	526
Ajustes Prudenciais	(2.236)	(311)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	226.069	175.655
Margem de Capital (i)	40.325	46.907
Índice de Basileia (PR / RWA)	29,84%	39,70%
Situação de Imobilização (Imob)	16.571	16.462
Índice de Imobilização (Imob / PR)	24,57%	23,60%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rui Andre Steffens  
Diretor Executivo  
CPF: 829.247.919-87

Lincoln de Aquino Loh  
Diretor de Operações  
CPF: 024.474.157-37

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20